

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	5.612.357,57	5.406.895,54		5.939.832,00	5.544.943,32		6.241.557,52	5.656.902,60	
Receitas Primárias RPPS (I)	3.997.695,02	3.851.343,95		4.240.173,62	3.958.280,70		4.455.896,42	4.038.506,74	
Despesa Total RPPS	5.612.357,57	5.406.895,54		5.939.832,00	5.544.943,32		6.241.557,52	5.656.902,60	
Despesas Primárias RPPS (II)	5.612.357,57	5.406.895,54		5.939.832,00	5.544.943,32		6.241.557,52	5.656.902,60	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.614.662,55	- 1.555.551,59		- 1.699.658,38	- 1.586.662,62		- 1.785.661,10	- 1.618.395,87	

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

 

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	28.800.000,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	109,06%	32.735.693,39	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	123,96%	3.935.693,39	13,67%
Receita Primárias (I)	23.906.560,00		90,53%	28.427.330,88		107,64%	4.520.770,88	18,91%
Despesa Total	28.800.000,00		109,06%	26.956.758,15		102,08%	- 1.843.241,85	-6,40%
Despesa Primárias (II)	30.247.717,12		114,54%	24.070.756,81		91,15%	- 6.176.960,31	-20,42%
Resultado Primário	- 6.341.157,12		-24,01%	2.070.778,43		7,84%	8.411.935,55	-132,66%
Resultado Nominal	-		0,00%	2.050.700,84		7,77%	2.050.700,84	-
Dívida Pública Consolidada	-		0,00%	1.758.119,67		6,66%	1.758.119,67	-
Dívida Consolidada Líquida	-		0,00%	- 4.624.506,50		-17,51%	- 4.624.506,50	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Valor da Receita Corrente Líquida de 2021 **26.408.454,56**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em 2.070.778,43.

A dívida consolidada totalizou (R\$ 4.624.506,50) .

Município de : NOVA ROMA DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CORRENTES										
		2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total		22.400.000,00	28.800.000,00	28,57%	32.000.000,00	11,11%	32.792.304,31	2,48%	34.215.750,68	4,34%	34.748.168,42	1,56%
Receitas Primárias (I)		23.066.040,00	23.906.560,00	3,64%	27.118.372,00	13,43%	30.995.967,05	14,30%	32.325.252,30	4,29%	32.762.420,84	1,35%
Despesa Total		22.400.000,00	28.800.000,00	28,57%	32.000.000,00	11,11%	35.740.053,74	11,69%	37.343.553,84	4,49%	38.027.795,14	1,83%
Despesas Primárias (II)		26.650.825,33	30.247.717,12	13,50%	28.558.084,20	-5,59%	35.215.663,58	23,31%	36.794.670,45	4,48%	37.454.732,51	1,79%
Resultado Primário (I – II)		- 3.584.785,33	- 6.341.157,12	76,89%	- 1.439.712,20	-77,30%	- 4.219.696,53	193,09%	- 4.469.418,15	5,92%	- 4.692.311,68	4,99%
Resultado Nominal		-	-	0	-	0	- 4.219.696,53	0	- 4.469.418,15	5,92%	- 4.692.311,68	4,99%
Dívida Pública Consolidada		-	-	0	1.080.000,00	0	1.264.645,84	17,10%	1.367.588,50	8,14%	1.237.411,45	-9,52%
Dívida Consolidada Líquida		-	-	0	- 2.344.500,00	0	- 2.805.661,30	19,67%	- 3.258.222,60	16,13%	- 2.802.794,63	-13,98%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	25.243.580,54	30.775.680,00	21,91%	32.000.000,00	3,98%	31.591.815,33	-1,28%	31.941.037,74	1,11%	31.493.261,72	-1,40%
Receitas Primárias (I)	25.994.171,36	25.546.550,02	-1,72%	27.118.372,00	6,15%	29.861.239,93	10,11%	30.176.222,44	1,05%	29.693.521,73	-1,60%
Despesa Total	25.243.580,54	30.775.680,00	21,91%	32.000.000,00	3,98%	34.431.651,00	7,60%	34.860.899,98	1,25%	34.465.681,48	-1,13%
Despesas Primárias (II)	30.034.029,28	32.322.710,51	7,62%	28.558.084,20	-11,65%	33.926.458,17	18,80%	34.348.507,16	1,24%	33.946.298,39	-1,17%
Resultado Primário (I – II)	- 4.039.857,91	- 6.776.160,50	67,73%	- 1.439.712,20	-78,75%	- 4.065.218,24	182,36%	- 4.172.284,72	2,63%	- 4.252.776,66	1,93%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	- 4.065.218,24	-	- 4.172.284,72	2,63%	- 4.252.776,66	1,93%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	1.080.000,00	-	1.218.348,60	12,81%	1.276.669,23	4,79%	1.121.501,49	-12,15%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	- 2.344.500,00	-	- 2.702.949,23	15,29%	- 3.041.611,21	12,53%	- 2.540.253,17	-16,48%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência** às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	47.144.416,52	100,00%	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%
TOTAL	47.144.416,52	100,00%	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(5.268.802,13)	100,00%	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%
TOTAL	(5.268.802,13)	100,00%	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	41.875.614,39	100,00%	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%
TOTAL	41.875.614,39	100,00%	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 832/2006, está sobre a gestão do Fundo de Previdência e Assistência do Servidor - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2019 a 2021, aponta que o saldo patrimonial cresceu de R\$ 36.322.528,47 em 31.12.2019 para R\$ 42.240.810,49 em 31.12.2020.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2021 com superávit.

[Assinaturas manuais]

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020	2019
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018			20.700,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.751,01	-	110.300,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	300.751,01	-	110.300,00
Alienação de Bens Móveis	167.950,00	-	110.300,00
Alienação de Bens Imóveis	132.801,01	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	7.232,84	-	-
TOTAL	307.983,85	-	131.000,00

DESPESAS EXECUTADAS	2021	2020	2019
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	131.000,00
Investimentos			131.000,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	-	131.000,00
SALDO FINANCEIRO			
	307.983,85	-	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

[Handwritten signature]

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	4.384.699,61	4.283.470,52	3.818.077,03
Receita de Contribuições dos Segurados	611.033,94	777.853,81	809.810,67
Civil	611.033,94	777.853,81	809.810,67
Ativo	592.417,92	758.994,33	788.759,27
Inativo	9.373,04	7.284,11	8.899,37
Pensionista	9.242,98	11.575,37	12.152,03
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	1.888.667,25	2.362.714,95	2.380.506,40
Civil	1.888.667,25	2.362.714,95	2.380.506,40
Ativo	1.874.324,35	2.344.700,70	2.362.710,69
Inativo	5.099,68	6.408,04	5.643,68
Pensionista	9.243,22	11.606,21	12.152,03
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	1.839.448,68	1.068.905,50	605.080,39
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.839.448,68	1.068.905,50	605.080,39
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	45.549,74	73.996,26	22.679,27
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	45.549,74	73.996,26	22.679,57
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes		20.639,87	
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	4.384.699,61	4.283.470,52	3.818.077,03
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
Benefícios - Civil	2.295.579,76	2.518.377,61	2.760.826,57
Aposentadorias	1.677.159,58	1.899.874,93	2.117.582,23
Pensões	565.992,46	597.782,77	643.244,34
Outros Benefícios Previdenciários	52.427,72	20.719,91	
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	2.295.579,76	2.518.377,61	2.760.826,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	2.089.119,85	1.765.092,91	1.057.250,46
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR			2.300.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.233.976,84	4.213.722,00	1.623.058,96
Investimentos e Aplicações	15.328.221,91	15.113.474,70	14.839.908,72
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			

98

1

Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²			
--	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)			
---	--	--	--

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício)
2022	2.854.072,34	3.253.018,09	-398.945,75	19.268.853,69
2023	2.813.441,43	3.331.246,37	-517.804,94	18.751.048,75
2024	2.784.166,43	3.212.678,37	-428.511,94	18.322.536,81
2025	2.624.979,63	3.193.206,20	-568.226,57	17.754.310,24
2026	2.490.922,42	3.084.842,01	-593.919,59	17.160.390,65
2027	2.365.901,83	2.985.227,77	-619.325,94	16.541.064,71
2028	2.281.195,29	2.889.930,90	-608.735,61	15.932.329,10
2029	2.199.753,45	2.827.135,72	-627.382,27	15.304.946,83
2030	2.120.017,79	2.714.882,34	-594.864,55	14.710.082,28
2031	2.053.054,98	2.557.282,32	-504.227,34	14.205.854,94
2032	1.967.278,10	2.536.165,51	-568.887,41	13.636.967,53
2033	1.904.181,18	2.396.008,89	-491.827,71	13.145.139,82
2034	1.841.935,53	2.289.317,38	-447.381,85	12.697.757,97
2035	1.776.000,42	2.204.929,85	-428.929,43	12.268.828,54
2036	1.708.673,98	2.157.069,27	-448.395,29	11.820.433,25
2037	1.616.769,51	2.160.392,61	-543.623,10	11.276.810,15

[Handwritten signature]

2038	1.539.543,46	2.113.598,27	-574.054,81	10.702.755,34
2039	1.484.261,26	2.022.743,80	-538.482,54	10.164.272,80
2040	1.424.809,26	1.957.924,77	-533.115,51	9.631.157,29
2041	1.362.755,55	1.893.946,26	-531.190,71	9.099.966,58
2042	1.310.715,96	1.793.586,76	-482.870,80	8.617.095,78
2043	1.260.118,13	1.698.245,78	-438.127,65	8.178.968,13
2044	1.208.671,77	1.626.389,86	-417.718,09	7.761.250,04
2045	1.140.106,03	1.612.103,15	-471.997,12	7.289.252,92
2046	1.083.741,95	1.566.535,55	-482.793,60	6.806.459,32
2047	1.042.394,86	1.478.527,00	-436.132,14	6.370.327,18
2048	1.006.240,93	1.380.461,24	-374.220,31	5.996.106,87
2049	959.436,37	1.329.068,39	-369.632,02	5.626.474,85
2050	918.791,95	1.260.535,84	-341.743,89	5.284.730,96
2051	877.743,72	1.212.138,63	-334.394,91	4.950.336,05
2052	839.934,82	1.152.326,54	-312.391,72	4.637.944,33
2053	809.771,72	1.077.615,96	-267.844,24	4.370.100,09
2054	780.917,81	1.003.288,89	-222.371,08	4.147.729,01
2055	69.615,62	948.398,28	-878.782,66	3.268.946,35
2056	63.434,19	870.525,28	-807.091,09	2.461.855,26
2057	53.109,90	811.915,73	-758.805,83	1.703.049,43
2058	46.263,95	748.392,72	-702.128,77	1.000.920,66
2059	41.655,16	685.087,87	-643.432,71	357.487,95
2060	37.427,55	625.112,48	-587.684,93	-230.196,98
2061	33.556,85	569.450,75	-535.893,90	-766.090,88
2062	30.019,45	517.899,12	-487.879,67	-1.253.970,55
2063	26.789,40	470.236,92	-443.447,52	-1.697.418,07
2064	23.841,88	426.223,52	-402.381,64	-2.099.799,71
2065	21.155,53	385.623,38	-364.467,85	-2.464.267,56
2066	18.711,15	348.204,89	-329.493,74	-2.793.761,30
2067	16.491,28	313.767,77	-297.276,49	-3.091.037,79
2068	14.478,95	282.106,63	-267.627,68	-3.358.665,47
2069	12.659,11	253.038,66	-240.379,55	-3.599.045,02
2070	11.018,35	226.387,36	-215.369,01	-3.814.414,03
2071	9.543,85	201.995,74	-192.451,89	-4.006.865,92
2072	8.223,34	179.717,27	-171.493,93	-4.178.359,85
2073	7.046,22	159.413,37	-152.367,15	-4.330.727,00
2074	6.002,56	140.952,80	-134.950,24	-4.465.677,24
2075	5.082,44	124.199,10	-119.116,66	-4.584.793,90
2076	4.275,72	109.000,94	-104.725,22	-4.689.519,12
2077	3.572,32	95.223,11	-91.650,79	-4.781.169,91
2078	2.962,64	82.768,23	-79.805,59	-4.860.975,50
2079	2.437,30	71.554,78	-69.117,48	-4.930.092,98
2080	1.987,28	61.494,15	-59.506,87	-4.989.599,85
2081	1.604,51	52.494,72	-50.890,21	-5.040.490,06
2082	1.282,11	44.484,56	-43.202,45	-5.083.692,51
2083	1.013,54	37.404,71	-36.391,17	-5.120.083,68
2084	792,17	31.189,91	-30.397,74	-5.150.481,42
2085	611,60	25.772,23	-25.160,63	-5.175.642,05
2086	466	21.087,85	-20.621,85	-5.196.263,90
2087	350,09	17.075,32	-16.725,23	-5.212.989,13
2088	259,1	13.676,57	-13.417,47	-5.226.406,60
2089	188,81	10.832,71	-10.643,90	-5.237.050,50
2090	135,61	8.478,57	-8.342,96	-5.245.393,46
2091	96,18	6.547,96	-6.451,78	-5.251.845,24
2092	67,46	4.979,24	-4.911,78	-5.256.757,02
2093	46,83	3.717,48	-3.670,65	-5.260.427,67
2094	32,21	2.718,92	-2.686,71	-5.263.114,38
2095	21,92	1.945,39	-1.923,47	-5.265.037,85
2096	14,69	1.358,57	-1.343,88	-5.266.381,73

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada

exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2020 e 2021..
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.



Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
IPTU	Desconto Pagamento Antecipado, Isenção e Renúncia.	Contribuintes em Geral	21.000,00	21.672,00	22.322,16	Vide Obsevação abaixo
TAXAS	Desconto Pagamento Antecipado, Isenção e Renúncia.	Contribuintes em Geral	6.000,00	6.192,00	6.377,76	
			-	-	-	
TOTAL			27.000,00	27.864,00	28.699,92	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2023 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2024 e 2025, foram calculados a partir dos valores de 2023, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 3,20%

Inflação para 2024: 3,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

(Assinaturas manuscritas)

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	885.974,16
Decorrente de Receitas Tributárias	(13.604,96)
Decorrente de Transferências Correntes	899.579,12
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	2.053,70
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	888.027,86
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	888.027,86
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(2.030.261,78)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(1.314.252,39)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(716.009,38)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.918.289,64

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2022-2023

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2021-2022 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

28 1